

Governo prevê agravamento da crise

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo está prevenindo a ampliação da crise econômica a tal ponto que, até maio, o quadro político poderá ser atingido seriamente. Por esta razão, precisa assegurar uma base de sustentação sólida no Congresso, que lhe dê condições de permanecer com o controle da situação. A partir desta perspectiva, o deputado Carlos Sant'Anna justificou ontem sua indicação para o cargo de líder do governo na Câmara. Ele deixou claro que sua função será a de articular o apoio político ao Palácio do Planalto, mas isso não significa que pretenda a formação do Partido do Presidente Sarney. "Se houvesse essa missão de fragmentar o PMDB, com certeza o presidente não iria me convocar", reagiu o deputado, argumentando que sua tradição dentro do partido sempre foi de trabalhar por sua união e coesão.

Carlos Sant'Anna acredita que o "centro" da crise ainda não foi alcançado, mas se isso acontecer — o que ele admite ser previsto "pelos mais pessimistas" para até maio próximo — haverá consequências políticas. Para contornar seus efeitos, o líder do governo na Câmara vem mantendo contatos permanentes com os ministros da área econômica, com os quais analisa o grau de profundidade dos problemas e eventuais soluções. Paralelamente, Sant'Anna explicou que organiza a nova base de apoio parlamentar ao governo, com a possível inclusão do PTB.

O líder esteve ontem no Palácio do Planalto, onde se reuniu com os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil; Rubem Bayma Denys, do Gabinete Militar; e Ivan de Souza Mendes, do SNI. A saída, ele reafirmou que sua tarefa é unir todas as forças e não fragmentar os partidos existentes. Indagado se o governo perdeu a confiança na sua atual base de sustentação política, formada pelo PMDB e pelo PFL — que reúnem a maioria absoluta dos deputados e senadores —, ele preferiu lembrar que três parlamentares já se desligaram do PMDB e que seu trabalho será, através do entendimento, conter novas defecções.

Sobre a eventual aproximação com o PTB, Sant'Anna observou que, apesar de o partido não contar com uma bancada expressiva na Câmara — são 18 os deputados petebistas —, o apoio será importante. Sua avaliação é de que, num momento de crise política, costuma haver tendência para posições emocionais e isso poderá provocar o desligamento de novos peemedebistas.

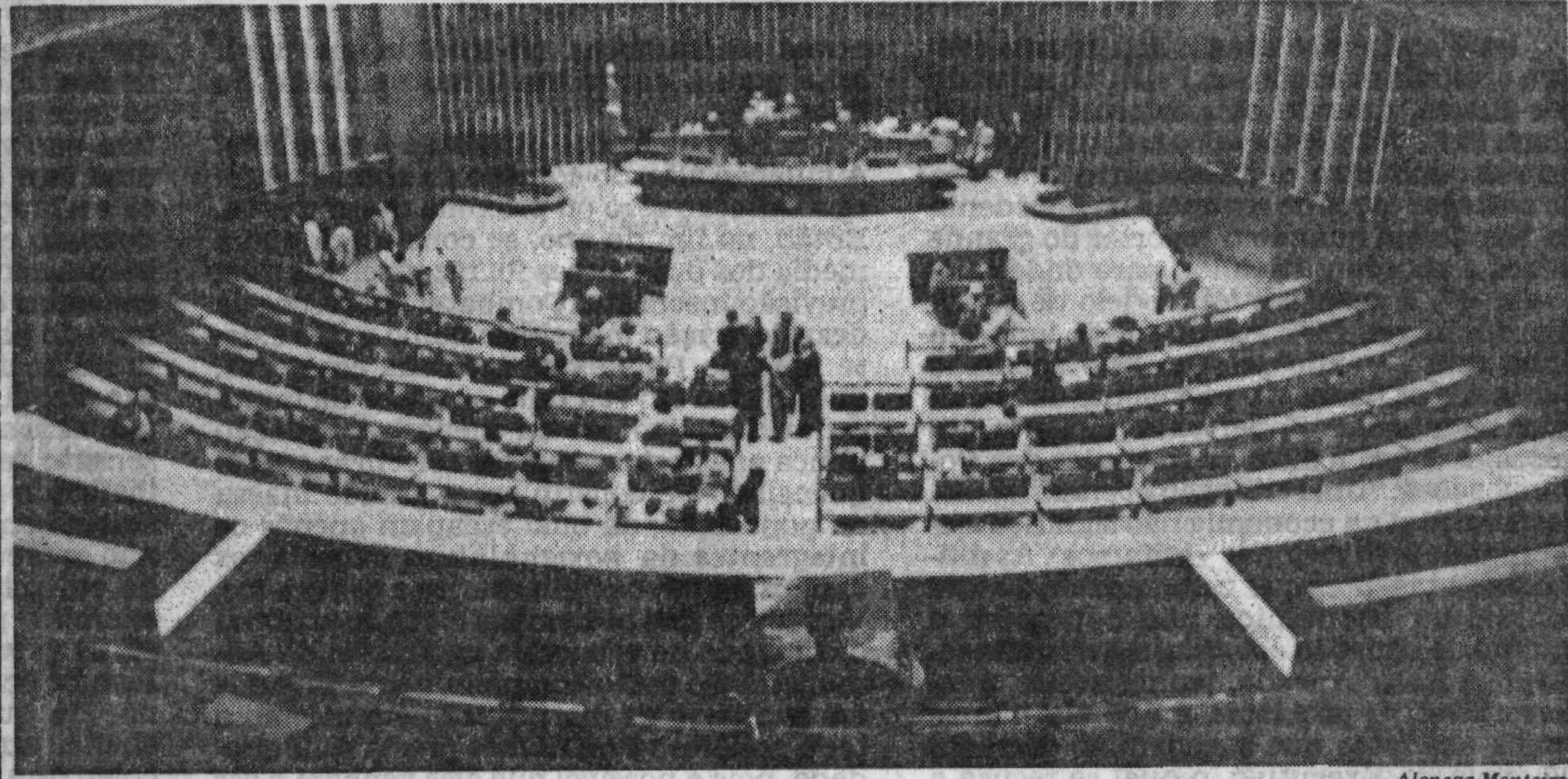
O deputado Carlos Sant'Anna revelou que esteve na quinta-feira com o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia. Mas garantiu que não falaria sobre as críticas feitas pelo ministro ao uso eleitoral do Plano Cruzado. Informou, por outro lado, que prepara a visita do ministro Dilson Funaro ao Congresso, para um "amplo e franco" debate com os parlamentares, onde ele apresentará um diagnóstico da situação e

fará uma avaliação das medidas e planos na área econômica. Como essa iniciativa, Sant'Anna não considera importante, agora, a proposta da deputada Bete Mendes, de convocar extraordinariamente o Congresso para analisar a crise econômica. O importante, segundo o líder do governo, é que a área parlamentar se sinta participante dos estudos e das correntes de opinião, até mesmo colaborando com os técnicos do governo. Em sua opinião, numa segunda etapa, talvez a sugestão da deputada fosse oportuna.

OMBUDSMAN

Entre suas funções de líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna vai controlar a atividade dos assessores parlamentares. São cerca de duzentos, mas que, segundo ele, "trabalham lentamente e nem sempre de forma satisfatória". O deputado balano explicou que pretende acompanhar o trabalho desses funcionários, pois são frequentes as críticas que recebe de parlamentares pelo assessoramento ineficiente. Perguntado se foi escolhido líder para desempenhar a tarefa de ombudsman no Congresso, ele fez questão de explicar que seu trabalho será principalmente de articulação política.

Ele ressaltou que, antes de ser indicado para o cargo, conversou com os três candidatos a líder do PMDB — Luiz Henrique, João Hermann e Milton Reis. E, segundo assegurou, recebeu estímulo e a garantia de que não seria hostilizado pelos peemedebistas.



Alencar Monteiro

Na véspera do fim de semana, até as galerias se desinteressam pela sessão da Constituinte

Padre Vieira no duelo de elogios

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A sessão de ontem da Constituinte foi fraca, mas começou com um bem-humorado diálogo entre o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) e o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães. Lucena dizendo ser Ulysses "fímio dos clássicos latinos", Ulysses respondendo com palavras de Antônio Vieira.

Fábio Lucena, desde a primeira sessão ordinária da Constituinte, tem-se colocado como o guardião das normas regimentais provisórias. Chega todo dia um pouco antes das 14 horas e fica a postos para não deixar que os trabalhos comecem com menos de 94 constituintes em plenário — como mandam as normas provisórias.

Tudo dia repete-se a cena. Ulysses declara aberta a sessão, às 14 horas. Como em plenário só estão 50, 60 ou no máximo 70 constituintes, Fábio Lucena pede que seja suspensa

por meia hora, como determinam as normas, para se aguardar a chegada de outros que acabam chegando.

Nos últimos dias, porém, ele não se tem limitado a citar o dispositivo regimental. Antontem, assim se dirigiu a Ulysses: "V. Exa. é professor de Direito Constitucional, conhece, com certeza, o preceito sublime enunciado pelo sr. senador Dr. Rui Barbosa, de que não se deve ficar neutro entre o erro e o direito. Se não cumprirmos o nosso regimento, não teremos, depois, autoridade moral para exigir o cumprimento da Constituição que vamos elaborar".

Ontem, foi além: "V. Exa. — disse, dirigindo-se outra vez a Ulysses — é uma das culturas mais universais que a nossa grande pátria já produziu. V. exa., cuja presença na poltrona presidencial da augusta Assembleia Nacional Constituinte honra e dignifica a Nação brasileira, não é apenas professor de Latim, mas também íntimo dos clássicos latinos. Plauto, Suetônio, Virgílio e Horácio — são todos seus íntimos".

O plenário acompanhava, divertido, as suas palavras. Ulysses sorria. E ele acrescentava: "Tomei conhecimento de que o padre Antônio Vieira, com seus 'sermões', é o seu grande mestre de cabeceira". Dito isto, citou Vieira: "As leis não são boas porque bem se mandam, senão para que bem se guardem". E pediu a suspensão dos trabalhos.

Ulysses não deixou por menos. Respondeu também com Vieira: "Eu me permito, ante o mote citado por v. exa., recordar que o grande oradoriano disse, certa feita, que é tão inumano falar e não ter resposta que Deus, na sua misericórdia, fez com que os surdos fossem mudos e os mudos fossem surdos, e a própria natureza, quando consultada pela voz do homem, responde pelo eco". E, "fazendo eco" ao pedido, suspendeu a sessão por 30 minutos.

A sessão prosseguiu, depois, até pouco antes das 18 horas. O plenário, porém, que reunia mais de 100 constituintes às 14h30, foi aos poucos esvaziando até terminar com menos de 30.

Ulysses discute com Covas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, teve um incidente com Mário Covas (PMDB-SP), por discordar da iniciativa do senador paulista, que apresentou emenda ao regimento interno para permitir elaboração de propostas à nova Constituição subscrita por 30 mil eleitores, pelo menos. "Isso é transferir a Constituinte para as ruas" — teria

dito Ulysses Guimarães.

Com o tom de voz elevado o senador Mário Covas retrucou, afirmando: "A proposta que assinet, presidente, está de acordo com o programa do nosso partido, o PMDB. Não compreendemos as restrições do senhor". Logo depois os ânimos serenaram, mas amigos co-

muns acham que ficaram "tranquilizados no relacionamento entre Ulysses e Covas".

Os ânimos no PMDB não estão dos mais tranquilos. O senador constituinte José Richa (PMDB-PR), por exemplo, tem evitado conversar com o presidente do partido. E ex-governador do Paraná acha que Ulysses poderia se queixar de sua tese, de que ele deveria pedir licença da presidência do PMDB.

Na opinião de José Richa, o

PMDB precisa atuar também fora da Constituinte, sentindo os anseios da sociedade, discutindo a crise sócio-econômica e os problemas político-institucionais. Para Richa, o instrumento dessa tarefa tem que ser o partido: "Mas Ulysses está impossibilitado de agir plenamente como presidente do PMDB, pelas

suas responsabilidades e encargos de presidente da Constituinte, a partir de 1º de março, de presidente da Câmara, além de substituto eventual do presidente da República".

O senador paranaense apoia a eleição, pelo diretório nacional, do ex-deputado João Giberio a 1º vice-presidente do PMDB, em substituição a Pedro Simon, governador eleito do Rio Grande do Sul. A 2º vice-presidente, no lugar de Miguel

Arraes, governador eleito de Pernambuco, o mais cotado é o deputado Egidio Ferreira Lima (PE). O senador Afonso Camargo (PR), não tem mais o apoio de Richa para disputar a 1º vice-presidência, mas parece que não se contenta com a 3º vice-presidência insistindo em concorrer à primeira.

PMDB e PFL indicam Sant'Anna oficialmente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com assinaturas do líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, e do líder do PFL, deputado José Lourenço, foi formalizada ontem, perante a Mesa diretora, a indicação do deputado Carlos Sant'Anna como líder da maioria na Câmara dos Deputados.

Com relação às lideranças da Assembleia Constituinte, ainda não fizeram as designações do PMDB, o PDT, o PTB e o PL. Dos demais partidos os líderes na Assembleia Constituinte são os seguintes: José Lourenço, do PFL; Amaral Neto, do PDS; Roberto Freire, do PCB; Mauro Borges, do PDC; Haroldo Lima, do PC do B; Jamil Haddad, do PSB;

Luiz Ignácio Lula da Silva, do PT; e Antônio Farias, do PMB.

No PMDB a liderança do partido na Assembleia Constituinte está causando conflito entre deputados e senadores. A bancada do Senado reivindica a indicação de um senador — seria Mário Covas; a Câmara prefere um deputado.

Poderá ser encontrada uma fórmula conciliatória: revezamento entre o senador Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, e o deputado Luiz Henrique, líder na Câmara, na liderança do PMDB na Constituinte. Há informações, porém, de que na escolha de Fernando Henrique no Senado houve acordo para a indicação de Mário Covas às funções de líder do PMDB na Constituinte.

CNBB acusa imprensa de dar "visão negativa"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O boletim que a CNBB transmitiu, ontem, para 108 emissoras católicas faz críticas à "visão negativa" que a grande imprensa e a televisão apresentaram à opinião pública sobre os trabalhos da primeira semana da Constituinte. "A explicação provável desses ataques — assinala a CNBB — é que apesar de terem investido milhões para conseguir uma Constituinte confiável, os grandes grupos econômicos ainda temem uma rebelião parlamentar e preferem um Constituinte fraco e desmoralizado aos olhos do povo, a fim de não correrem riscos de transformações indesejadas."

A CNBB afirma, ainda, que mesmo "sem nunca qualquer ilusão quanto ao caráter conservador da Assembleia Constituinte, nem se omitir as mazelas e vícios de uma instituição que ainda não exorcizou sua herança autoritária, é preciso visualizar o processo que se desenrola

a fim de não cair na armadilha de uma simplificação deformadora e estéril da sociedade".

O presidente da Comissão de Acompanhamento a Constituinte da CNBB, dom Cândido Padim, disse ontem, em Brasília, que entre as principais teses que a Igreja pretende defender junto aos constituintes tem destaque a necessidade de se submeter a nova Constituição a um referendo popular antes de sua aprovação; a garantia da ampla participação popular, não apenas na elaboração da nova Carta, mas nos projetos de lei ordinária no Congresso Nacional; que se garanta uma melhor distribuição de renda no País; a criação de um Conselho de Planejamento Econômico Integrado por vários setores da sociedade que ficaria responsável pela aprovação dos principais programas na área econômica e, ainda de um conselho do setor cultural que ficaria responsável pela definição de critérios para a distribuição de canais de rádio e televisão no País.

Amaral irrita as lideranças da "minoria"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PDS deputado Amaral Neto (RJ) suscitou irados protestos das lideranças do PT, do PDT e do PC do B, ao anunciar ontem no plenário da Constituinte, que com a formalização do bloco da maioria — composto pelo PMDB e pelo PFL — ele passa a ser automaticamente, líder da minoria.

Amaral Neto teve o cuidado de dirigir-se aos deputados, porque essa figura de maioria e minoria só está prevista no regimento interno da Câmara. Não consta das normas provisórias da Constituinte. Amaral Neto disse que pelo regimento o líder do maior partido da oposição, no caso, o PDS passa a ser o líder da maioria.

Jose Genoíno, pelo PT, Amaury Muller, pelo PDT, e Aldo Arantes, pelo PC do B, manifestaram-se indignados, contra a possibilidade de, como partes da minoria, serem liderados pelo PDS. "Só pode ser coisa do espírito brincalhão do deputado Amaral Neto", disse Muller. "É o regimento que diz isso", insistiu Amaral Neto, divertindo-se com o fato, porque também, disse, não tem nenhuma pretensão de ser líder do PT ou do PDT.

No meio da discussão Amaral Neto lembrou que Amaury Müller também não podia escandalizar-se com o fato, porque seu partido vinha de uma aliança com o PDS no Rio Grande do Sul e ele próprio, Amaury, estava ali com votos pedessistas. "Mas fui contra esse acordo", protestou Amaury.

"Xiitas": radicalismo importado do Irã agita início da Constituinte

LEDA FLORA

Antes de entrar nas discussões sobre a futura Carta Constitucional, a Assembleia Nacional Constituinte deve aprovar uma única resolução estabelecendo a duração do mandato do presidente José Sarney, o funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional durante os trabalhos constituintes, o fim das emergências e do decreto-lei, e a restauração do estado de sítio. Dessa forma, a Assembleia teria seus limites bem definidos e, como não mais tocaria na Carta de 67, as condições de segurança jurídica e de garantia política conduziriam à conclusão do processo de transição democrática, sem nenhum tipo de vazão gerador de instabilidade. Este é o pensamento de um grupo de 68 deputados do PMDB mais conhecidos como "xiitas".

A denominação de "xiitas" dada ao grupo peemedebista provém de estabelecimento de um paralelo entre essa facção — considerada radical em comparação com a maioria moderada do partido — e a ala do islamismo que rompeu com os muçulmanos sunitas, logo após a morte de Maomé, por divergências sobre quem seria seu sucessor. A palavra xiita significa partido, cisão. Os xiitas adotam uma linha de conduta mais ortodoxa dentro do islamismo e hoje representam 95% dos iranianos e já são maioria no Líbano, sendo responsáveis pelos confrontos mais exacerbados naquela região do Oriente Médio.

Em dezembro do ano passado, a bancada peemedebista gaúcha reuniu-se em Porto Alegre e, à exceção do deputado Luis Roberto Ponte, tomou uma posição em favor da soberania da Assembleia Constituinte — estabelecendo que o objetivo seria alcançado pela revogação das emergências e do instituto do decreto-lei. Uma nota foi emitida e a decisão gaúcha ganhou o conhecimento do País, como seguinte resultado na Câmara: deputados de outros Estados gostaram da idéia e procuraram os gaúchos. Acabou-se criando informalmente o embrião "xiita".

a e A
ESTADO DE S. PAULO
sine • Leia e Assu
ESTADO DE S. PAULO
sine • Leia

Em Brasília, o grupo fez duas reuniões em janeiro, nas residências do deputado Antônio Britto (RS) e Virgildáso de Sena (BA), constatando, bem antes da instalação da Assembleia, o interesse de 45 deputados pela soberania. Nessas reuniões surgiu também a idéia da moção do deputado Lélito Souza (RS), pela soberania dos trabalhos constituintes, que acabou vencedora na reunião da bancada peemedebista realizada em 30 de janeiro.

O TRAÇO PROGRESSISTA

Os "xiitas" não possuem organização e são assim classificados não apenas pela participação nas reuniões, como também por suas opiniões. Todos do PMDB, não estão interessados na formação de bloco intermediário, mas em ganhar o pró-



Maurílio Ferreira Lima

prio partido com suas idéias progressistas. Contudo, consideram o PT, o PCB, o PC do B, o PSB, e setores do PDT como aliados naturais, embora, até o momento, não tenham procurado esses partidos.

Apesar de ainda não terem discutido as posições que deverão adotar quando a próxima Constituição estiver sendo elaborada, os "xiitas" entendem que, fundamentalmente, a Carta deverá abrigar o programa do PMDB, de modo a refletir o desejo de mudança que vêem na sociedade brasileira.

O deputado Lélito Souza (RS) considera "cínica" a posição em favor de uma Carta enxuta, que fatalmente seria o ideal para manter a

atual ordem econômica e social: "Isso encobre intuítos reacionários" — salienta, acrescentando que o trabalho da Comissão Afonso Arinos, com mais de 400 dispositivos, procurou atender ao máximo às necessidades de proteger o cidadão.

Uma Carta consagrada de princípios, conforme o deputado, não seria uma alavanca para mudanças. Como exemplo, Lélito recorda o dispositivo clássico de que "todos são iguais perante a lei" para frisar que na prática isso funciona de modo bastante diferente para os ricos e para os pobres.

O GRUPO

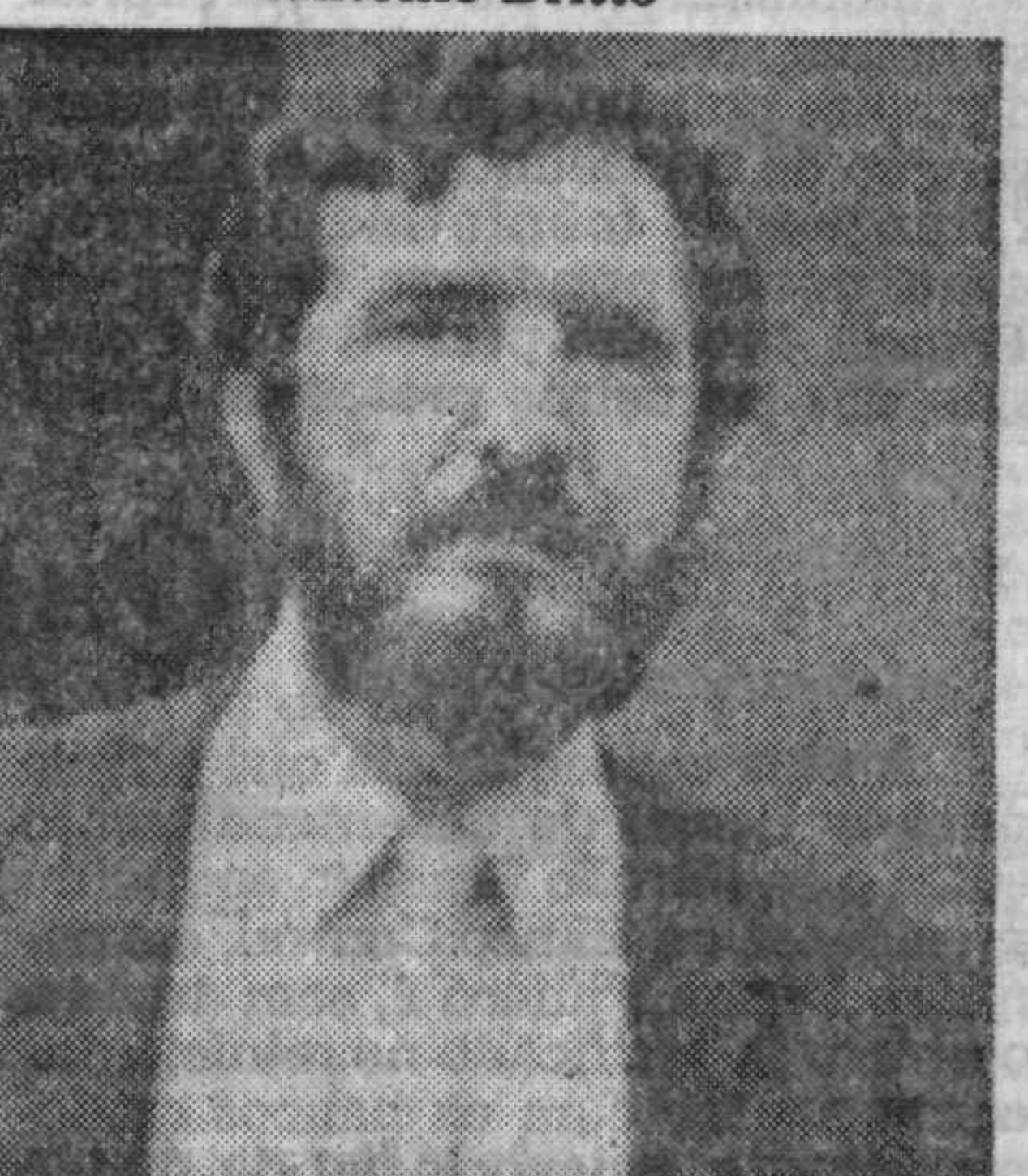
Embora sem carteira assinada, são considerados "xiitas" os seguintes deputados do PMDB: José Dutra (AM); Ademir Andrade (PA); Osmundo Rebouças e Paes de Andrade (CE); Agassiz Almeida e Cássio Cunha Lima (PB); Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Lyra e Maurílio Ferreira Lima (PE); Renan Calheiros (AL); Domingos Leonelli, Genebaldo Correa, Jorge Hage, Jutahy Júnior, Raul Ferraz, Uldurico Pinto e Virgildáso de Sena (BA); Anna Maria Rattes e Miro Teixeira (RJ); Carlos Mosconi, Célio de Castro, Octávio Elísio (MG); Antonio Pedrosa, Bete Mendes, Doretto Campanari, Fernando Gasparian, João Hermann, José Carlos Greco, Roberto Rollemberg, Robson Marinho, Theodoro Mendes e Tidei de Lima (SP).

Os outros são: Fernando Cunha (GO); Sigmaringa Seixas (DF); Percival Muniz (MT); Plínio Martins (MS); Darcy Deitos, Hélio Duque, José Tavares, Maurício Fruct, Maurício Nasser, Nelson Friedrich e Oswaldo Macedo (PR); Alexandre Puzyna, Francisco Küster, Paulo Macarini, Renato Viana, Vilson Souza e Walmore de Luca (SC); Antônio Britto, Hermes Zanetti, Ibsen Pinheiro, Iraí Rodrigues, Ivo Lech, Ivo Mainardi, João de Deus Antunes, Jorge Uequed, Lélito Souza, Mendes Ribeiro, Paulo Minicarone, Rospide Netto, Ruy Nedel e Vicente Bogo (RS).

Embora não participem até o momento das negociações em favor da soberania da Constituinte, outros deputados peemedebistas, no entender dos "xiitas", deverão marchar com o grupo agora ou mais adiante: Francisco Pinto (BA), Pimenta da Veiga (MG), Euclides Scalco (PR) e Ulysses Guimarães (SP).



Antônio Britto



Domingos Leonelli



Lélito de Souza

27/04/85

18/10/85

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87

10/02/87